

Conselho poderá alterar proposta para o 2º Grau

Relatora da matéria tem até novembro para levar parecer à avaliação dos membros do Conselho Nacional de Educação

Rodrigo França Taves

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. O Conselho Nacional de Educação (CNE) deverá aprovar antes do fim do ano, como quer o ministro Paulo Renato Souza, a proposta do MEC de reformulação do Segundo Grau, mas é possível que os conselheiros façam algumas pequenas modificações no texto original do Governo. A Câmara de Educação Básica do CNE recebeu ontem à tarde o documento e já no início da noite, em caráter de urgência, designou o relator da matéria: será a professora Guiomar Namo de Melo, secretária municipal de Educação de São Paulo na gestão Mário Covas e atual funcionária da Fundação Cí-

Guiomar, ligada ao PSDB, terá

prazo até novembro para encerrar seu parecer e submetê-lo à apreciação dos 12 integrantes da Câmara de Educação Básica, responsáveis por decidir o futuro do Segundo Grau. O presidente da Câmara, professor Jamil Couri, elogiou a proposta do MEC, mas lembrou que pode haver ressalvas por parte do conselho:

— Genericamente, a proposta de regulamentação atende completamente ao espírito de flexibilidade na educação introduzido pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) — disse ele. — Mas é preciso notar que a necessidade de flexibilidade coexiste com os indicadores de precariedade do sistema. Temos de ver até que ponto a alternativa incentiva o ensino médio nas condições atuais.

Depois de discutir o assunto com o ministro Paulo Renato, em almoço no MEC, Couri disse que ainda não tem condições de analisar detalhes da proposta — como a divisão do curso de Segundo Grau, hoje dividido em três séries, em ciclos ou módulos. O assunto começou a ser discutido pelos integrantes do conselho na própria reunião de ontem, embora o assunto não estivesse agendado.

A proposta já tem o apoio dos secretários estaduais de Educação. O presidente do Conselho Nacional de Secretários, Ramiro Wahrhaftin, disse concordar com a avaliação do ministro Paulo Renato de que o atual currículo, rígido e único em todo o país, está defasado e já não atende às necessidades do mundo atual. Na

verdade, antes de ser divulgada oficialmente pelo MEC, semana passada, a proposta já tinha sido exaustivamente discutida com os secretários, os conselheiros do CNE e os técnicos de ensino médio por quase dois anos. O MEC já sabia que a reação dos Governos estaduais seria favorável e que os estudantes inicialmente fariam críticas (como ainda fazem ao Exame Nacional de Cursos, o provão, rejeitado pelo novo presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Ricardo Capelli). A expectativa de Paulo Renato é que, passado o impacto inicial, também os estudantes apoiem em peso as mudanças no Segundo Grau.

Ontem, em São Paulo, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, respondeu às críticas que

vêm sendo feitas por alguns especialistas sobre o projeto de reforma do ensino de Segundo Grau. Ele diz que não haverá qualquer prejuízo da qualidade do ensino. Ao contrário, as novas regras darão oportunidade aos alunos de se aprofundar em suas áreas de interesse. O projeto prevê a instituição de um currículo básico para os alunos de todo o país, que responderia por 75% das disciplinas.

Os demais 25%, que somariam 600 horas de aula por ano, seriam diferentes, de acordo com o estado, para atender à necessidade de profissionalização do aluno ou de preparação para o vestibular. O ministro não acredita que responsabilizar os estados e municípios pela escolha das matérias optativas implique em perda na

qualidade do ensino porque são essas esferas do Governo os gestores da educação de Segundo Grau atualmente.

— A educação já está nas mãos dos estados e municípios. O projeto apenas torna esse modelo mais eficiente — afirma.

Sobre o provão, Paulo Renato disse que o comparecimento este ano aumentou significativamente. Segundo ele, o total de alunos que participaram do teste de avaliação das faculdades subiu de 59 mil para 93 mil. Do total de alunos deste ano, 6% não compareceram ao teste. No ano passado, esse índice era de 10%. O número de provas em branco também caiu. Na primeira prova, 2,1% dos alunos não responderam às questões, enquanto que, no ano passado, esse número foi de 5%. ■